

No capítulo relativo à Revolução de 1930, Boris Fausto tece algumas considerações já anteriormente apresentadas em seu livro: *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. O desentendimento entre os grupos oligárquicos dominantes nos Estados é visto como o ponto de partida da articulação em torno de uma candidatura de oposição ao candidato paulista e da formação da Aliança Liberal. A fusão de três forças — oligarquia dissidente, tenentes rebeldes e setores descontentes da classe média — resultou no movimento vitorioso de outubro que veio quebrar os padrões tradicionais da nossa política republicana. O autor apresenta no mesmo capítulo um quadro sucinto da ordem instaurada com a Revolução realçando o conflito entre São Paulo e o Governo Central que culminou com o movimento constitucionalista de 32. Seguiu-se um período de “acomodação” em que o Governo acabou por chegar a um ajuste com os grupos locais que, embora derrotados, conservavam seu prestígio. Quanto ao modelo político instaurado com a Constituição de 1934, quando parecia que a democracia liberal tinha possibilidade de se instituir no Brasil, foi transitório. Entretanto, começa a se formar na sociedade a tendência à harmonização e o exército ia forjando gradativamente uma cúpula homogênea que teria um papel decisivo na adoção de um novo modelo e sua sustentação entre 1937 e 1945.

No 4º capítulo o autor estuda as origens da Aliança Nacional Libertadora, sua trajetória e a insurreição de novembro de 1935, cuja derrota deu alento à onda repressiva contra o movimento popular. Esse seria o início da “liquidação da democracia liberal”, realizada entre 1935-37, quando as tendências centralizadoras e autoritárias se reforçaram através de um processo em que as elites políticas regionais se submeteram ao poder do Estado e a cúpula militar completou a despolíticação das forças armadas. O desfecho do processo foi o Estado Novo implantado em 1937.

Finalmente, Boris Fausto faz uma análise geral das instituições do Estado Novo a partir da Carta Constitucional de 1937, da máquina do Estado e do poder de suas diferentes áreas, do poder pessoal do presidente e da própria ação do Estado: política econômico-financeira, política trabalhista e política externa.

SOFIA HELENA P. DE A. FERRAZ NUNES

* *

*

TÁVORA (Juarez). — *Uma Vida e Muitas Lutas*. 1º volume: *Da planície à borda do altiplano*. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora. 1973.

O objetivo do livro é nos dar

“um depoimento desapaixonado sobre os desafios e incompreensões com que teve de defrontar-se, no Brasil, a minha geração”.

Não é obra, evidentemente, de um historiador, mas não resta dúvida da importância de seu depoimento para todo aquele que se dedique a estudar essa época, apesar das restrições que se pode fazer ao livro.

Insere-se no conjunto daquelas obras de memórias, inclusive de muitos de seus companheiros, como a de Agildo Barata (*Memórias de um Revolucionário*); Lourenço Moreira Lima (*A Coluna Prestes*); Nelson Tabajara (1924 — *A Revolução de Isidoro*); João Alberto (*Memórias de um Revolucionário*); João Cabanas (*A Coluna da Morte*) e outros.

O autor tem ainda mais oito livros publicados, sendo o primeiro deles *A guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924* (dois volumes), editado em 1927, e outras obras que mostram a influência de suas atividades civis como Ministro da Viação e Obras Públicas (1930), como Ministro da Agricultura (1933-34), como coordenador de várias autarquias subordinadas à Presidência da República (1954-55) e outras.

Para o presente livro, utilizou-se de fatos retidos na memória e consultas em bibliotecas e documentos, quando das lutas a partir de 22.

A oportunidade desta edição está no fato de que se refere a uma época da História do Brasil, que apesar de bastante abordada em vários estudos, merece ainda novas análises, que apresentem novas perspectivas. A década de 20 é de crise e vai preparar muitas das importantes transformações do período posterior, especialmente no plano político. Consolidam-se as novas camadas urbanas em torno do desenvolvimento do setor de serviços e da indústria, que embora incipiente, ainda, no final desse período já contribuía, para o total produzido pelo país, com cerca de 10% em bens como têxteis, calçados, móveis etc.

A maioria dos estudos realizados preocupam-se demasiadamente com os problemas políticos, mas há muito para se dizer ainda, a respeito da inquietação social do período, e a explicação do tipo conflito por oposição entre o elemento urbano e rural, ou burguesia contra oligarquia rural, é uma simplificação do problema.

O livro está dividido em duas partes, tendo cada uma respectivamente, quatro e oito capítulos. Ao fim do volume encontra-se um anexo, com cinco documentos. Além disso, há uma parte introdutória de ilustrações com fotos do autor em diversas épocas de sua vida.

A primeira parte, (*Caminhando na planície*), trata do período que vai do seu nascimento (1898) até 1922. Nos primeiros capítulos descreve o cenário de sua infância, na fazenda do Embargo, Ceará, e as pessoas de sua família. Ainda adolescente, por falta de recursos da família, vai morar com o irmão

Joaquim, já militar, e que viria a falecer quando da revolução de 24 em São Paulo, acompanhando-o por várias cidades brasileiras. Em 1914 volta ao Rio de Janeiro, e começa a frequentar a Escola Politécnica do Rio, cursos que faz até o 2º ano. Com a impossibilidade de continuar custeando os estudos nessa escola, entra em 1917 para a Escola Militar. Esta, na época, não apresentava condições para abrigar o número de cadetes que a procuravam.

“Lembro-me de que, por falta de capotes regulamentares para todos, alguns alunos, — sobretudo os do Sul — usavam capas “orientais” e outros abrigavam-se contra o frio enrolando-se em cobertores retirados de suas camas. Tais deficiências e defeitos contribuíram para uma queda sensível da disciplina” (pág. 85).

Entra, aí, em contacto com os professores da Missão Indígena, assim apelidada pelos cadetes, em contraposição à Missão Francesa, contratada pelos Governo Federal. Os estudos teóricos, conta-nos o autor, eram reforçados, mas o ensino prático era falho. Em 1919 termina o curso e inicia sua vida profissional.

A segunda parte do livro compreende, cronologicamente, os períodos de 1922 a 1930, e recebeu o título de *Na Escalada da Encosta*. No primeiro capítulo, conta o início do movimento de 22 no Rio, dando como ponto de partida as “malfadadas cartas” de Bernardes, insultuosas ao Exército. Segue-se a vitória de Bernardes, inesperada para os militares, que

“confiantes, talvez, em que o povo brasileiro teria a liberdade de vingar o seu Exército, repelindo, nas urnas, o candidato que o insultara” (...) (pág. 112).

Esse conflito criado entre o futuro presidente e as Forças Armadas levou ao endurecimento do governo de Epitácio Pessoa, o que culminou no fechamento do Clube Militar e a prisão do ex-presidente da República, Hermes da Fonseca.

Sobre sua adesão ao movimento de 22:

“Particpei, ativa e conscientemente, do levante militar de 5 de julho de 1922, feito como protesto contra os atos do Presidente Epitácio Pessoa, que considerava ofensivos à dignidade do Exército” (pág. 115).

Fracassa o movimento, e seus participantes são presos. Com a posse de Bernardes, são transferidos para a prisão da Escola do Estado Maior, juntamente com outros oficiais que sublevaram a guarnição do Mato Grosso. Nessa prisão gozavam de plena liberdade, como nos conta, pitorescamente, que durante o dia costumavam sair, voltando só a noite.

“Lembro-me, a propósito, de que, em meados de fevereiro, quando nos jornais da tarde anunciavam a concessão de *habeas corpus*, pelo Supremo Tribunal Federal, para todos nós, saía eu

de cinema então existente na Avenida Rio Branco (...) (pág. 124).

Mas o governo de Bernardes foi duro com os revoltosos: os crimes não seriam apenas contra a autoridade constituída, mas sim contra a Constituição e o regime do país; a pena, portanto, seria maior e implicaria na perda de patente e exclusão do Exército. Muitos militares decidiram desertar, e vão especialmente para o Sul, onde já se iniciara uma conspiração contra o governo. A situação política era de crise: Bernardes cumprindo sua vingança, ia interferindo em cada um dos Estados que lhe fizera oposição. Consegue com o Rio Grande do Sul o acordo de Pedras Altas, e em março de 24 ataca o último dos situacionismos locais — o da Bahia.

Nesse momento, pensou-se em antecipar o movimento em preparação, mas o projeto foi adiado por indecisão e resistência de algumas guarnições. Parece que a conspiração desanima: Nilo Peçanha falece; e o major Bertoldo Klinger, importante peça para a eclosão revolucionária, passa para o lado do governo. Novas modificações nos planos: o movimento eclodiria em São Paulo, centro econômico do país, e onde se esperava um sucesso mais fácil, devido ao apóio, especialmente, de Miguel Costa, comandante da Força Pública (cap. 1).

O movimento em São Paulo (Cap. II — *Em Pleno Vendaval*) já se inicia fracassado: além das indecisões dos chefes quanto ao dia e hora da eclosão, incerteza quanto às várias colaborações que esperavam, o Gal. Isidoro atrasou-se na sua chegada em 12 horas,

“o que transtornou consideravelmente a execução do movimento (...) e uma série de desencontros que impossibilitaria a execução da segunda parte do levante” (pág. 140).

A explicação para o insucesso, o autor nos dá na incapacidade de ampliar a área de ação dos revolucionários, impossibilitados de ocupar pontos estratégicos da cidade... A 20 de julho retiram-se de São Paulo, e inicia-se a marcha para oeste do Estado, e depois para o sul. Com abundância de detalhes descreve todos os passos da Coluna Paulista até o Sul, onde encontram um movimento em andamento e vários oficiais da revolta de 1922. Após novo fracasso, inicia-se a Grande Marcha, uma espécie de guerra de movimento que Prestes iniciara no Sul, e que iriam continuar através de todo o Brasil. Com a prisão do autor em Terezina, encerra-se esta parte, após quase nove meses de peregrinação. Em 1926, encontra-se preso na Ilha Trindade, aonde permanece até o término do mandato de Bernardes, nesse mesmo ano. Com o fim do estado de sítio, a imprensa passa a contar os episódios que agítaram o país, e capítulos de seu livro *A Guisa de Depoimento* são publicados em jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

No capítulo IV (*Do Homígio ao Exílio*) trata do seu período de fugitivo, entre 1927 e 29, trabalhando como oleiro no Rio de Janeiro, como “comercian-

te” em Buenos Aires, enquanto, por exemplo, Miguel Costa mantém uma granja nessa cidade, e Prestes é engenheiro de uma firma em Santa Fé. Nesse convívio amadurece novamente a idéia de uma revolta, e em 1929, são iniciados os primeiros entendimentos com os velhos políticos que formavam a Aliança Liberal. Távora volta ao Brasil nesse mesmo ano, para preparar o movimento, e entra em contacto com os líderes civis. É novamente preso, e mais uma vez consegue evadir-se, e, como encarregado da organização do movimento no Norte, para lá se dirige.

Prestes era o chefe dos tenentes, mas desiste de apoiá-los na revolta que fariam juntamente com a Aliança Liberal, e escreve um Manifesto explicando os motivos. Para o autor, isto foi um golpe, porque como diz

(...) “famos fazer a revolução em seu nome e sob o seu comando” (...) (pág. 355).

Faz uma réplica ao Manifesto, numa carta enviada a Prestes. Mostra bem o espírito das idéias liberais dos tenentes: quer uma revolução, mas que não rompa as bases da sociedade.

“Admito que, num país de 8,5 milhões de km², se forneça terra gratuita a quantos quiserem lavrá-la. Mas discordo de que seja preciso confiscar o latifúndio honestamente adquirido...”

é nacionalista, reconhecendo a atividade do capital estrangeiro, mas

“penso, a propósito, que os ingleses e os americanos não tem culpa de que os nossos governos tenham andado a pedir-lhes esmolas”.

Defende o direito dos proletários, mas não quer um governo exclusivo em nome deles.

“Prefiro um governo de gente esclarecida e honesta, estabelecido em nome de todas as classes, capaz de regular, imparcialmente os interesses de cada uma delas” (págs. 208-209).

Após essa carta, abre-se uma polêmica com Prestes até a ruptura definitiva entre os dois. O autor faz um manifesto de réplica, nos mesmos moldes da primeira carta. Baseia-se principalmente na obra *A Organização Nacional*, de Alberto Torres, onde propõe uma reforma da Constituição. Enfatiza que as causas dos males do país não estão nos homens, ou no “ambiente vicioso” em que vivem, mas sim na prática defeituosa de uma Constituição divorciada das realidades da vida nacional (pág. 350). O mal do Brasil é a corrupção política, contra isso não se pode esperar uma evolução legal. Mas essa revolução que preconiza, não pode ser levada a efeito por uma massa de proletários, camponeses, porque a ela faltam os atributos necessários para conseguir realizar qualquer movimento. A revolução não é privilégio de uma classe, mas deve haver em suas fileiras lugar para o

“comunista extremado, o anarquista, o socialista, o revolucionário moderado...”.

Podemos salientar que, esse não era o pensamento dos chefes do movimento de 24, quando repelem a adesão de operários paulistas, através de seus sindicatos, temendo que houvesse uma radicalização do movimento.

O Manifesto não foi assinado, como pretendia, por todos os companheiros de luta. Enquanto isso, Prestes pretendia tornar público os seus entendimentos com a Aliança Liberal, o que poderia levar a denúncia das atividades sigilosas da conspiração. O autor escreve-lhe um telegrama e uma carta pedindo para não comprometer os companheiros com essa atitude. A resposta de Prestes é violenta, e Juarez escreve-lhe longa carta, (inérita), que encerra essa polêmica (pág. 355). Explica o que os tenentes pensavam a respeito da Aliança Liberal, que galgava o poder a custa deles, mas

“nós cobraríamos como preço do nosso sacrifício, a execução... do nosso programa de restauração nacional”.

A carta toca nos mesmos pontos já salientados anteriormente, e acrescenta que considera o comunismo absolutamente inviável para o nosso país.

“As razões disso”? Não as sei dizer. Talvez influência da educação católica, talvez incompatibilidade ingênita da própria raça... Mas o fato positivo, certo, incontestável, é que essa repugnância do nosso povo, pelo comunismo, existe”.

Antes dessa última carta a Prestes, escrevera ao Tenente Joaquim Monteiro, da chefia da Bahia, para tranquilizar os companheiros. Importante notar que o reconhecimento de que sem a ajuda material e humana da Aliança Liberal não haveria possibilidade do movimento, apesar de saber das dificuldades que teriam, quando no poder, para tentar colocar as idéias mais “radicais” dos tenentes. O fim do movimento seria o estabelecimento de uma ditadura. Mas o mais importante não é escolher o homem mas erigir um programa, uma diretriz, que tudo se resolveria depois. Em certo momento o autor se redime dessas idéias:

“Confiava, então, demasiadamente, na força disciplinadora dos programas”... (pág. 277).

Mais desalentos para a conspiração: Borges Medeiros recua no seu auxílio à revolta; Osvaldo Aranha demitiu-se da Secretaria do Interior do Rio Grande, e João Alberto, que substituíra Prestes na chefia militar, retira-se para Buenos Aires. Um fato novo vem aumentar a tensão: o assassinato de João Pessoa. Em outubro de 1930 eclode a revolta. Os capítulos finais tratam da preparação e execução do movimento no Norte, com todos os detalhes. A revolução é vitoriosa, após oito anos de lutas: é a chegada “à borda do Altiplano”.

A linguagem é clara, precisa, sabe descrever, sem cair em pieguismos, a sua meninice no Embargo e o perfil das pessoas com quem conviveu nesse

período; mas em certos momentos o estilo se torna cansativo, chegando mesmo a aborrecer o leitor, quando conta, detalhadamente, as caminhadas que sucedem à retirada de São Paulo, até a formação da Coluna Prestes, as lutas que foram travadas no interior do país, as dificuldades do terreno etc. É, entretanto, evidente a sua preocupação em amenizar os relatos factuais, com lembranças de pequenos acontecimentos, muitas vezes sem graça e sem propósito, e também as menções que faz a sua vida social.

Quanto ao conteúdo, o autor ainda explica o movimento de 22 em torno das cartas de Bernardes. Apesar de ter um caráter um tanto romântico, o movimento expressou uma inquietação social mais profunda do que uma simples questão de cartas insultuosas. Poderia ter se aprofundado mais nas relações Exército-Governo Federal, através de suas lembranças, visto que isso é importante para a compreensão das origens do tenentismo. Sua explicação para o engajamento na revolta é simplista demais: não participou de nenhuma das reuniões preparatórias, mas entrou nela porque o Exército merecia “um tal sacrifício”. Para o levante de 24 dedica apenas três folhas, embora reconheçamos que não deve ter sido sua intenção se alongar neste período, já que tem um livro específico sobre o assunto. Mas a nossa crítica é, que perdendo espaço com casinhos sem importância, em diversas partes do livro (págs. 16, 17, 49, 71, 98, 104 etc...) poderia tê-los substituído por outros assuntos.

Quando trata da Grande Marcha, nunca se refere à Coluna Prestes com esse nome como ficou conhecida, mas sempre de Divisão Revolucionária ou Coluna, talvez por nunca ter se referido da desilusão que lhe causou o recuo de Prestes. Não nos dá ainda, um relato das condições de vida dos participantes, como era a convivência entre aqueles homens. Não faz referência, ainda, a maneira como as populações recebiam a Coluna, a não ser em alguns casos isolados como em Carolina (Maranhão), ou quando de sua prisão em Terezina. Quando do 1º aniversário da revolta de 24, estando eles na cidade goiana de Rio Bonito, tendo sido designado para discursar em nome de todos, não nos conta qual foi a reação do povo ao ouvir seu pronunciamento. Conta, isto sim, comentários maliciosos de seus companheiros a respeito de sua aparência física.

Notamos que o autor faz poucas referências aos seus companheiros de lutas. Quase não cita um Miguel Costa, Joaquim Távora, João Alberto, Siqueira Campos e outros. Somente a Prestes dedica mais espaço, mas só para comentar sua atuação em 30, quando do Manifesto, mas não antes, na Coluna Prestes. Mesmo no período que passou em Buenos Aires, convivendo com outros exilados, não relata nada a respeito do encaminhamento da conspiração de 30, o que se discutia, qual era o pensamento dos tenentes naquele momento, preferindo, ao contrário, narrar casos sobre almoços fracos, queixas de falta de comida etc. No entanto, dedica ao ex-presidente Costa e Silva, em dois momentos, quase uma página inteira, quando sua participação nos movimentos da época foi muito menor do que de qualquer um daqueles citados acima.

Há ainda um engano, quando tratando da revolta em São Paulo, (pág. 132), diz que Miguel Costa era fiscal do Regimento de Cavalaria da Polícia Militar do Estado, quando aquela corporação só muito recentemente recebeu esse nome, sendo antes chamada Força Pública.

Em comparação ao seu primeiro livro, *A guisa de Depoimento*, este segundo sai perdento. Aquele é muito mais amargo, sofrido, publicado que foi logo após a desilusão de 24 e da Coluna Prestes. Enquanto este, distanciado no tempo, descreve os fatos sem aquele calor de quem realmente os viveu, e que se espera numa obra de memórias.

O valor do livro está particularmente nos documentos anexados, apesar de serem apenas cinco; entretando, essa parte poderia ter sido ampliada. Representando sua visão atual sobre os acontecimentos da época de lutas, deve ser, portanto, encarado com certas reservas. Sua participação nos movimentos, desde o início, ele as apresenta desesperançada. A propósito das cartas de Bernardes, nos diz que

“melhor teria sido para o país e para o próprio Exército, que uma tal retratação houvesse encerrado o incidente”.

Ou quando nos revela a decepção de ver transformadas em realidades aquelas esperanças de renovação democrática, quando do momento da vitória da revolução de 30. Confessa, ainda, a determinação de nunca mais participar de movimentos militares, para corrigir, pela força, os desvios do poder público.

DOROTÉA M. KEN

* * *

CARONE (Edgard). — *A Segunda República*. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1973.

Reunindo uma coleção de textos básicos e documentos, a recente publicação *A Segunda República* (1930 à 1937), é continuação do trabalho anterior do Autor, *A Primeira República* (1889 à 1930), e surge como resposta concreta, um guia de orientação àqueles que pretendem melhor conhecer o período.

Na *Introdução*, Edgard Carone diz que a época republicana, não obstante dispor de uma documentação bastante vasta, não tem sido suficientemente analisada. É enfocada quase sempre de maneira simplista, unilateral e portanto distorcida:

“O prático desconhecimento dos fatos entre 1930-1937, para não dizer 1930-1945, faz com que os estudiosos — economistas sociólogos e historiadores — prefiram “englobar” suas opiniões, tornando-as genéricas, o que os leva a afirmar que a “indústria